

INSTITUIÇÕES E CONSUMO NUM MUNICÍPIO DO SUL DE MINAS GERAIS: VARGINHA E SUA ELITE AGRÁRIA (1882-1920)

*Natânia Silva Ferreira*¹

Doutoranda em Desenvolvimento Econômico (UNICAMP)

natania.silvaferreira@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste trabalho é o de entender a relação entre instituições e consumo no município de Varginha, situado ao Sul de Minas Gerais, na passagem para o século XX. Com base em bibliografia sobre economia institucional e instituições, especialmente os escritos de Veblen, e fontes sobre Varginha, foi possível compreender que o tipo de consumo caracterizou um estrato da população como elite agrária. Hábitos de ação ou pensamento (bem como regras formais ou informais) que criavam as regularidades de comportamento do consumo influenciavam a elite para maior alocação de riqueza nos imóveis rurais. Tais hábitos eram comuns não apenas em Varginha, mas no Sul de Minas que, na passagem para o século XX, contava com a emancipação de municípios também por conta da expansão do café pelas terras sul-mineiras.

Palavras-Chave: Instituições. Consumo. Veblen. Varginha. 1882-1920.

Keywords: Institutions. Consumption. Veblen. Varginha. 1882-1920.



Instituições E Consumo Num Município Do Sul De Minas Gerais: Varginha E Sua Elite Agrária (1882-1920) – Natânia Silveira Ferreira

1. Introdução

Na literatura sobre Economia Institucional, é comum tratar da relação entre instituições e crescimento econômico, considerando, sobretudo, o que ficou conhecido como Nova Economia Institucional. Vale frisar, entretanto, que antes do surgimento da Nova Economia Institucional, o que se pode chamar de Economia Institucional Original já havia sido constituído como um campo de pensamento que pregava a importância das instituições para a economia, com destaque não apenas para as instituições formais (como o Estado, as organizações e as firmas), mas também para as informais (dentre elas a cultura, as tradições, os costumes e as relações sociais).

Varginha deixou de ser um distrito de Três Pontas no ano de 1882. O novo município do Sul mineiro foi formado pela cidade de Varginha e pelos distritos de Pontal e Carmo da Cachoeira, emancipados, respectivamente, em 1911 e 1938.

Partindo da Economia Institucional Original, especialmente com a obra de Veblen *A teoria da classe ociosa (Um estudo econômico das instituições)* e do contexto de formação de Varginha na passagem do século XIX para o XX, este trabalho tem como objetivo entender a relação entre instituições e consumo num âmbito específico: o da elite agrária do município, entre os anos de 1882 e 1920, sendo fontes de pesquisa, fundamentalmente, inventários *post-mortem*.

Para dar conta do objetivo exposto acima, este texto conta com 5 seções, além desta Introdução: na seção dois serão descritos conceitos básicos sobre economia institucional e instituições, obedecendo a seção uma divisão entre economia institucional *mainstream* e heterodoxia institucional (Silva Filho, 2011, tópicos 1.3 e 1.4). Neste trabalho, na visão institucionalista *mainstream* figura a nova economia institucional (NEI) e, na corrente da heterodoxia institucionalista, a representação é feita por meio de quatro atores: primeiro, pela economia institucional original (EIO); segundo, pela abordagem austríaca de Hayek; terceiro, pela escola das convenções; e, por último, pelos economistas heterodoxos evolucionários. (SILVA FILHO, 2011).

Na seção três, serão examinadas noções sobre consumo, instituições e a classe ociosa de Veblen. No pensamento do autor, o consumo da classe ociosa é conspícuo. Entretanto, no caso da elite agrária de Varginha, mais que conspícuo, o consumo serviu para denominar um estrato populacional, o da elite agrária, devido a locação do investimento daquele grupo.



Instituições E Consumo Num Município Do Sul De Minas Gerais: Varginha E Sua Elite Agrária (1882-1920) – Natânia Silveira Ferreira

A seção quatro será destinada à formação de Varginha e suas atividades econômicas (café, ferrovias, comércios e bancos).

Na seção cinco se analisará a relação entre instituições e consumo na elite agrária de Varginha. O perfil da elite de varginhense era o de manter os grandes investimentos nos bens imóveis rurais. Seguiu a elite um hábito de vida compatível com o do Sul de Minas e de diferentes regiões do Brasil na época. Os padrões de consumo da elite também não eram específicos apenas do município de Varginha: aos poucos o Sul de Minas Gerais ia contando com cidades que, em meio à rusticidade do campo, novos padrões de consumo apreciados como modernos iam sendo incorporados às famílias, em particular às mais abastadas.

Na seção seis serão expostas as considerações finais.

2. Economia Institucional e Instituições: conceitos básicos

A economia pode ser definida como a ciência que tem por objetivo estudar a alocação eficiente de recursos escassos na sociedade. Tal definição de forma resumida da ciência econômica pode ser encontrada nos manuais de economia, como em Mankiw (2009, p. 04).

A economia institucional, de forma geral, prega a importância das instituições para o crescimento da economia, ainda que dentro dessa vertente haja ramificações importantes, marcando algumas diferenciações no interior da mesma¹. O próprio conceito de instituições é alvo de discussão entre os economistas institucionalistas, porém, o que parece ser comum nas definições é que as instituições são regras de comportamento ou de pensamento socialmente compartilhados. A palavra “regra” é bastante comum nas definições de instituições. (HAYEK, 1973 apud SILVA FILHO, 2011; PONDÉ, 2005; DEQUECH, 2013)².

Dentro da economia institucional, pode-se pensar em uma visão institucionalista *mainstream* e em outra visão da heterodoxia institucionalista (Silva Filho, 2011, tópicos 1.3 e 1.4), embora as duas vertentes partam de uma crítica comum em relação à economia ortodoxa, isto é, a falta de enfoque das instituições em suas abordagens.

¹ Sobre instituições, cf., dentre outros: HODGSON (1988); ACEMOGLU e ROBINSON (2013).

² Por mais que haja discussões em torno do próprio conceito de instituição, na literatura especializada, geralmente as instituições são vistas ou como regras do jogo, ou como modelos mentais compartilhados, ou ainda, como organizações. CAVALCANTE (2014).



Instituições E Consumo Num Município Do Sul De Minas Gerais: Varginha E Sua Elite Agrária (1882-1920) – Natânia Silveira Ferreira

Na visão institucionalista *mainstream* figura a nova economia institucional (NEI), cujo principal escritor – mas não o único – é Douglass North. Escreveu North (1991, p. 97) que instituições são “restrições humanamente concebidas que estruturam as interações políticas, econômicas e sociais” (apud CAVALCANTE, 2014, p. 380) e que “definem e limitam o conjunto de escolhas dos indivíduos” (NORTH, 1990, p. 4 apud VASCONCELOS, 2009, p. 16). Logo, nota-se a importância dos indivíduos nas definições do autor. Os agentes criam as instituições e, depois de formadas, elas interferem no crescimento econômico, já que o crescimento ocorre com a intervenção das instituições na vida dos indivíduos, moldando suas ações³.

A corrente da heterodoxia institucionalista pode ser representada por quatro atores: primeiro, por um grupo conhecido como velhos ou antigos institucionalistas, ou ainda, economia institucional original (EIO); segundo, pela abordagem austríaca, representada por Hayek; terceiro, pela escola das convenções; e, por último, pelos economistas heterodoxos evolucionários. (SILVA FILHO, 2011).

A EIO tem como principais autores Veblen, Commons e Mitchell. Essa escola não se preocupou em desenvolver um arcabouço teórico unificado ou estabelecer uma metodologia científica; a teoria formulada por eles foi descritiva, focada no empirismo. Consideraram a importância das instituições formais (tais como o Estado, as firmas e as organizações) e informais (cultura, tradições e costumes, relações sociais e a linguagem) para a explicação do crescimento, desenvolvimento e da mudança econômica. (FELIPE, 2006).

O estudo de instituições de Veblen, por exemplo, deu relevância para a relação entre instituições, consumo⁴ e o que ele denominou de classe ociosa, sendo que tal classe:

(...) como um todo, compreende as classes nobres e as classes sacerdotais e grande parte de seus agregados. As ocupações são diferentes dentro da classe ociosa, mas todas elas tem uma característica comum – não são ocupações industriais. Estas ocupações não-industriais das classes altas são em linhas gerais de quatro espécies –

³ Ver também: WILLIAMSON (1989).

⁴ Sobre instituições e consumo, dentre outros, cf.: HAMILTON (1987); COSGEL (1997).



Instituições E Consumo Num Município Do Sul De Minas Gerais: Varginha E Sua Elite Agrária (1882-1920) – Natânia Silveira Ferreira

ocupações governamentais, guerreiras, religiosas e esportivas. (VEBLEN, 1965, p. 20)⁵.

No pensamento de Hayek, as instituições são vistas como sistemas de regras de conduta, que podem ser inatas aos indivíduos ou adquiridas por eles, com base num processo de aprendizagem social. (SILVA FILHO, 2011). Essa transmissão se dá por meio da cultura, pelo ensino ou pela convivência num grupo. (ANGELI, 2007)⁶.

A escola das convenções se foca na coordenação e interpretação do comportamento dos agentes num ambiente coletivo. Para os teóricos de tal vertente, uma convenção pode ser concebida como a definição de um padrão de comportamento de forma coletiva por meio da emulsão ou convergência de expectativas, mas exige a participação ativa dos agentes na forma de identificação mental daquela realidade descrita pela norma. (SILVA FILHO, 2011)⁷.

Os teóricos evolucionários, tendo como importantes autores, dentre outros, Nelson e Winter (2005) colocam a inovação tecnológica como a questão chave para a mudança institucional. A firma capitalista é uma instituição e, para o crescimento econômico, é preciso observar as relações internas às firmas e às indústrias, sendo as regras e rotinas internas importantes para o crescimento econômico. As instituições mais adaptadas ao ambiente são aquelas que sobrevivem por mais tempo no mercado.

Por mais que haja diferenciações dentro da visão heterodoxa institucional, há três pontos comuns nessas abordagens, sendo: 1) relevância das hipóteses comportamentais em comparação com a teoria convencional (NEI)⁸; 2) maior ênfase nos estudos de processos e abandono dos estudos voltados para o equilíbrio econômico; 3) abertura de espaço para outros tipos de instituições que não sejam do mercado. (PONDÉ, 2005, p. 146, nota de rodapé 26).

⁵ Dado o objeto de estudo deste trabalho – a elite agrária do município de Varginha entre 1882 e 1920 –, a elite é a classe ociosa: uma classe formada por inventariados com riquezas altas considerando o contexto varginhense e que estavam, em sua maioria, presentes da Câmara Municipal.

⁶ O que prega o pensamento de Hayek, sobre a transmissão de sistemas de regras de conduta, tendo como meio de transmissão, dentre outros instrumentos, a cultura, pode ser pensado para o município de Varginha: possuir bens imóveis significava poder e status social na sociedade, e era parte dos elementos da cultura do Sul de Minas Gerais e de Varginha que as famílias investissem nos bens imóveis rurais.

⁷ O comportamento coletivo dos membros da elite agrária de Varginha, no que diz respeito ao consumo de seus bens, seguia um padrão de maior alocação de riqueza nos bens imóveis rurais, característica da região do Sul de Minas na época.

⁸ As escolas da heterodoxia institucionalista parecem se focar mais nos pilares cognitivo e normativo das instituições, diferentemente da NEI, onde o papel restritivo parece ter maior importância.



Instituições E Consumo Num Município Do Sul De Minas Gerais: Varginha E Sua Elite Agrária (1882-1920) – Natânia Silveira Ferreira

Sobre a relação entre instituições e consumo, é possível definir o termo “instituições do consumo” como:

hábitos (de ação ou pensamento) e regras (formais ou informais) que criam regularidades previsíveis no comportamento social de consumo, moldando e sendo moldadas pelos indivíduos na medida em que interagem. Tais indivíduos detêm um determinado patamar de capacidades e habilidades cognitivas, além de mecanismos decisórios limitados, e são parte de um ambiente complexo em que a informação é abundante e assimetricamente distribuída. (ALMEIDA, 2007, p. 29).

Dada a relação existente entre instituições e consumo, a seção abaixo dará atenção ao pensamento de Veblen no que diz respeito às instituições, o consumo e à classe ociosa.

3. Instituições, consumo e a classe ociosa: o pensamento de Veblen

Na nota prévia à *A teoria da classe ociosa (Um estudo econômico das instituições)*, Stuart Chase escreveu que:

A Teoria da Classe Ociosa provavelmente permanecerá sendo o livro mais conhecido de Veblen. A tese é simples. Pessoas acima da linha da mera subsistência, nesta época, e em todas as épocas anteriores, não aproveitam o excesso que a sociedade lhes deu, visando primordialmente a propósitos úteis. Não buscam elas expandir suas próprias vidas, viver com mais sabedoria, mais inteligência e mais compreensão, mas buscam impressionar as outras pessoas pelo fato de serem possuidoras desse excesso... Os meios e modos mediante os quais criam essa impressão, Veblen os denomina de *consumo conspícuo*. Consistem, tais meios e modos, em despender dinheiro, tempo e esforço, quase de todo inutilmente, na agradável tarefa de inflar o próprio ego. (VEBLEN, 1965, p. 14, nota prévia de Stuart Chase, grifos do autor).

O estudo de instituições de Veblen deu relevância para o consumo conspícuo, ou seja, o consumo no sentido de ostentar; consumir mais que o necessário a fim de mostrar riqueza. No caso da elite agrária varginhense entre o final do século XIX e o início do



Instituições E Consumo Num Município Do Sul De Minas Gerais: Varginha E Sua Elite Agrária (1882-1920) – Natânia Silveira Ferreira

século XX, o consumo que será analisado por meio dos inventários⁹ não pode ser visto como conspícuo, mas um consumo que define determinada classe. Chamamos a elite de Varginha de classe ociosa porque se constitui de inventariados com altos valores de monte-mor e que ocuparam cargos na Câmara de vereadores – o que vai ao encontro de elementos da definição de classe ociosa de Veblen. Vale destacar que o consumo da elite também possibilitou que a denominássemos agrária, já que a maior parte da riqueza era alocada nos bens imóveis rurais, como poderá ser observado na seção cinco deste artigo.

No contexto do município de Varginha que envolve nosso período de análise, não faz sentido chamar o consumo de conspícuo. O consumo determinava uma classe, caracterizava uma classe como elite agrária; mas não é possível afirmar, com base nos inventários *post-mortem* (e em outras fontes complementares utilizadas neste texto), que o consumo da elite agrária era conspícuo.

A classe ociosa, portanto, é uma elite:

A classe ociosa está no topo da estrutura social em matéria de consideração; e seu modo de vida, mais os seus padrões de valor, proporcionam à comunidade as normas de boa reputação. A observância desses padrões, em certa medida torna-se também incumbência de todas as classes inferiores da escala. (VEBLEN, 1965, p. 87).

A instituição de uma classe ociosa afeta tanto a estrutura de uma sociedade, como o caráter individual de seus membros. Assim que determinada propensão ou ponto de vista forem aceitos num grupo “como padrão ou norma de vida autorizados, estes reagirão no caráter dos membros da sociedade que os aceitaram, e até certo ponto, modelarão seus hábitos mentais e exercerão uma vigilância seletiva no desenvolvimento das aptidões e das inclinações do homem”. (VEBLEN, 1965, p. 198).

O padrão de consumo é um exemplo de norma de vida a ser seguido por uma sociedade e uma das formas mais evidentes que toma o consumo de bens é a utilização de acomodações domésticas espaçosas, bem como o consumo de alimentos, vestuário, moradia e mobília. (VEBLEN, 1965, p. 74).

⁹ Dentre os inúmeros trabalhos que partem de inventários, cf.: MARCONDES (1998); MOTTA (2001); LOPES (2005); VIEIRA (2015).



**Instituições E Consumo Num Município Do Sul De Minas Gerais: Varginha E Sua Elite
Agrária (1882-1920) – Natânia Silveira Ferreira**

Tomando como exemplo a cidade de Alfenas, situada no Sul de Minas Gerais e emancipada no início do século XIX, é possível observar o que consumiam alguns inventariados no período de 1855 até 1897.

Com uma amostra de 70 inventários *post-mortem* do município de Alfenas, do Juízo de Órfãos e Ausentes – Vara de Família e Sucessões do Foro do município, Marcos Lobato Martins elaborou a tabela descrita abaixo¹⁰:

Tabela 1. Elementos da cultura material em Alfenas (1855-1897)¹¹

<i>Bens móveis ou imóveis</i>	<i>Número de domicílios</i>	<i>%</i>
Jóias e objetos preciosos (talheres, rosários, jóias, etc.)		
Ouro	18	25,7
Prata	16	22,8
Louça	10	14,3
Biblioteca e objetos de arte (pinturas, instrumentos musicais)	2	2,9
Móveis (fora bancos, catres, mesas, caixas, tamboretas)		
Rústicos	38	54,2
Luxuosos	23	32,8
Instrumentos de trabalho		
Ferramentas (machados, foices, enxadas, pás, etc.)	54	77,1
Aparelhos e máquinas (teares, rodas de fiar, fornos, etc.)	35	50
Carros de boi, carroças e carruagens	28	40
Casas de morada		
Casas simples	51	72,8
Casas de vivenda cobertas de telhas	8	11,4
Sobrados envidraçados, assoalhados e cobertos de telhas	3	2,8

Fonte: MARTINS, M. L. “A trajetória de Alfenas no período 1830-1930: de centro de internada a Atenas do Sul”. In: SAES, A. M.; MARTINS, M. L.; GAMBI, T. F. R. (Orgs.). *Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016, p. 357.

¹⁰ A respeito das possibilidades de utilização e limitações dos inventários *post-mortem*, cf.: FURTADO (2015).

¹¹ Sobre cultura e consumo, cf.: MCCracken (2003).



Instituições E Consumo Num Município Do Sul De Minas Gerais: Varginha E Sua Elite Agrária (1882-1920) – Natânia Silveira Ferreira

Nas palavras do autor, no município de Alfenas se fazia presente a “rusticidade da vida rural que convivia com pequenos luxos nas casas de grandes fazendeiros: louças importadas, móveis torneados em madeira de lei, talheres e castiçais de prata, copos de cristais, relógios de ouro, etc (...)”. (MARTINS, 2016, p. 358).

Cerca de 54,2% dos domicílios possuíam móveis rústicos e, 32,8%, móveis luxuosos. Um oratório, um jarro e bacia ou um alambique poderiam ser considerados bens rústicos. Já uma louça ou um tecido importados poderiam ser considerados bens luxuosos. Nas palavras de Veblen, “o consumo de artigos de luxo, no seu verdadeiro sentido, é consumo que visa o conforto do próprio consumidor; é, portanto, atributo do senhor. Qualquer consumo dessa espécie por outros pode ser apenas tolerado”. (VEBLEN, 1965, pp. 77-78). O consumo de luxo parece ser, particularmente, propriedade da classe ociosa ou da elite.

No município de Alfenas, a maior parte da riqueza estava alocada nos bens imóveis, o que era comum para o contexto de formação de um município na época¹². Além do direcionamento de riqueza para os imóveis, a amostra de documentos alfenenses mostrou padrões de consumo do Sul de Minas voltados para o espaço rural: significativa porcentagem de domicílios possuíam ferramentas, aparelhos e máquinas que se utilizavam no trabalho do campo.

No pensamento de Veblen, então, as instituições são vistas em relação ao consumo (conspícuo) e tal consumo é pertencente, sobretudo, à classe ociosa. Instituições informais como cultura, tradições e costumes, relações sociais e a linguagem transmitem para gerações ou de uma classe superior (dotada de riqueza, por exemplo) para classes inferiores, hábitos e padrões de consumo. Podemos dizer que as instituições informais, juntamente com o contexto social e econômico, são capazes de fazer perdurarem hábitos de vida e padrões de consumo numa sociedade ao longo de um determinado período de tempo.

A alocação de riqueza dos inventariados do município de Varginha entre o período de 1882 e 1920 significa a reprodução de um padrão de consumo de bens que era compatível com a época (final do século XIX e início do século XX), um padrão de consumo onde poder e status social poderiam ser representados por meio do

¹² Vale ressaltar que em estudo realizado para a cidade de São Paulo em sua formação, Zélia Maria Cardoso de Mello, por meio de inventários *post-mortem*, mostrou que o patrimônio de seus inventariados estava alocado, especialmente, nos bens imóveis. Cf.: MELLO (1985). Capítulo: “O legado dos inventários”.



Instituições E Consumo Num Município Do Sul De Minas Gerais: Varginha E Sua Elite Agrária (1882-1920) – Natânia Silveira Ferreira

direcionamento do patrimônio nos bens imóveis rurais. Os hábitos de vida do Sul de Minas Gerais e de Varginha eram voltados para um maior conjunto de atividades desenvolvidas no campo.

Assim, a seção abaixo mostrará como ocorreu a formação do município de Varginha e quais foram as suas principais atividades econômicas. Depois, a próxima parte deste trabalho analisará por quem era formada a elite agrária do município, além de como sua riqueza era investida nas diferentes categorias de bens presentes nos inventários *post-mortem*.

4. Varginha: breve descrição da formação de um novo município do Sul mineiro e suas atividades econômicas

O Sul de Minas Gerais tornou-se uma divisão administrativa da província em 1789, com a paróquia de Campanha da Princesa¹³. Localizado primeiramente na Comarca do Rio das Mortes, o município de Campanha se tornou a sede da Comarca do Rio Sapucaí a partir de 1833, tendo suas fronteiras delimitadas ao norte pelo Rio Grande e ao sul e sudeste pela serra da Mantiqueira¹⁴.

Entre o final do século XIX e o início do XX, novos municípios foram se formando no Sul mineiro:

(...) juntamente à ampliação da população (...) era nítido o crescimento do número de cidades. Alfenas, Boa Esperança, Três Corações e Varginha, por exemplo, faziam parte de uma primeira fase de emancipação de municípios, entre as décadas de 1860 e 1880, como resultado da introdução do café na região. (SAES, COSENTINO e GAMBI, 2012, p. 31).

¹³ Antes disso, a região do Sul de Minas apresentava importância como rota de comércio e produtor de gêneros de abastecimento para outras regiões, como a corte: “a cidade do Rio representava o principal mercado de consumo do país (...). O abastecimento desse mercado passou a constituir a principal atividade econômica dos núcleos de população rural que se haviam localizado no sul da província de Minas”. FURTADO (1963, pp. 114-115).

¹⁴ A Comarca do Rio das Mortes havia sido emancipada da área mineradora central, com a fundação de sua sede em São João D’El Rey no ano de 1713.



Instituições E Consumo Num Município Do Sul De Minas Gerais: Varginha E Sua Elite Agrária (1882-1920) – Natânia Silveira Ferreira

A emancipação do município de Varginha ocorreu ao final do ano de 1882, com a primeira reunião da Câmara Municipal de vereadores¹⁵.

Aos dezecete dias do mez de dezembro de mil oitocentos e oitenta e dois, reunido no Paço da Camara Municipal desta Villa, a hora que pelo Senhor Presidente da municipallidade da cidade de Três Pontas Azarias Ferreira de Mesquita foi marcada para a installação e posse desta Villa os Senhores Vereadores José Maximiano Baptista, Domingos Teixeira de Carvalho, João Alves de Govêa, Franscisco de Paula e Silva, Matheus Tavares da Silva e Joaquim Antonio da Silva (...). (ACMV, 1882, fl. 01)¹⁶.

Naquela reunião, foi escolhido o primeiro presidente da Câmara Municipal, Matheus Tavares da Silva¹⁷, sendo o vice presidente, José Maximiano Baptista¹⁸.

A emancipação ocorreu em 1882 mas, logicamente, num período bem anterior ao do fim do século XIX, as terras que futuramente abrigariam o município varginhense já eram povoadas.

Anos antes de 1806, o casal Francisco Alves da Silva e Tereza Clara Rosa da Silva adquiriu as terras onde mais tarde se localizaria Varginha. O casal vendeu essas terras ao alferes Manoel Francisco de Oliveira no ano de 1806 e, posteriormente, elas foram doadas à diocese de Campanha. (SALES, 2003).

Affonso Ávila afirmou que o povoado surgiu em fins do século XVIII, por volta de 1785, e se encontrava no meio do caminho que ligava a Vila de Campanha ao Sertão de Três Pontas. A exemplo da tradição observada em grande parte dos povoados mineiros surgidos no século XIX, à área inicial de Varginha compreendia cerca de 48 alqueires,

¹⁵ Desta forma, o período inicial deste artigo é 1882, porque foi em dezembro daquele ano que Varginha foi emancipada. O ano de 1920 é o marco final porque na década, a economia de Varginha passou por transformações importantes: o café, presente no município desde o final do século XIX, impulsionou as exportações municipais, o que ocorria com menor importância antes da década de 1920. Transformações na economia que provavelmente impactaram os padrões de consumo a partir daquela data.

¹⁶ Abreviação utilizada para Ata da Câmara Municipal de Varginha (ACMV). Os documentos encontram-se no Museu Municipal da cidade de Varginha (MMV).

¹⁷ Major Matheus Tavares da Silva foi descrito no Almanach Sul-Mineiro para 1884 (VEIGA, 1884, pp. 187-189) como capitalista, negociante, fazendeiro com engenho movido por água, tropeiro e açougueiro. Contribuiu financeiramente para que novo serviço (a ferrovia) passasse por Varginha. Dentre os moradores do município na passagem para o XX, foi um dos membros que mais posses detinha. Faleceu em 1905 deixando dois filhos.

¹⁸ Descrito no Almanach Sul-Mineiro para 1884 (VEIGA, 1884, p. 187) como proprietário de estabelecimento de secos e molhados.



Instituições E Consumo Num Município Do Sul De Minas Gerais: Varginha E Sua Elite Agrária (1882-1920) – Natânia Silveira Ferreira

que correspondiam às terras doadas para a diocese de Campanha para a construção da capela de Espírito Santo de Catanduvás. (ÁVILA, 1983, p. 02).

Entre 1785 e 1820 foram construídas no local cerca de seis casas de telhas. No ano de 1824, o arraial contava com cerca de 1.550 habitantes, distribuídos pelas fazendas já formadas ou ainda em formação. (ÁVILA, 1983, p. 08). Pela Lei nº 471, de 01 de junho de 1850, o antigo curato do Espírito Santo da Varginha transformou-se em freguesia, sendo subordinada ao município de Três Pontas. (VEIGA, 1884, p. 182).

Com o passar dos anos, o espaço varginhense somava elementos importantes para sua formação enquanto município e para a evolução de seu processo de urbanização. Mas – e o que parece ser comum na formação inicial da maioria dos locais não planejados, que crescem naturalmente – apesar de um primitivo processo de urbanização estar em curso, as pessoas se concentravam, particularmente, no campo, durante muitos anos. Se formava, entretanto, uma economia urbana, de forma que o espaço rural não viveria isolado do urbano, e este passava a influenciar o campo. Com esse movimento, a economia de Varginha se fortalecia e o número de habitantes aumentava, como mostra a tabela 2 descrita abaixo, que envolve a população da cidade e dos distritos de Pontal e Carmo da Cachoeira:

Tabela 2. Número de habitantes do município de Varginha (1890-1920)

<i>Ano</i>	<i>População</i>
1890	24.819
1900	29.322
1907	31.417
1908	31.728
1909	32.042
1910	32.359
1911	32.690
1912	20.690 ¹⁹
1913	21.029
1914	21.237
1915	21.447
1916	21.659
1917	21.874
1918	22.080
1919	22.309

¹⁹ Até 1911, o município de Varginha era formado pelas populações da cidade e de seus dois distritos. Após aquele ano, Pontal foi emancipada, dando origem à cidade de Eloy Mendes (atual Elói Mendes).



Instituições E Consumo Num Município Do Sul De Minas Gerais: Varginha E Sua Elite

Agrária (1882-1920) – Natânia Silveira Ferreira

<i>Ano</i>	<i>População</i>
1920	22.457

Fonte: LEFORT, 1950, p. 130-131 apud SALES, 2003, p. 58.

Dentre as principais atividades do município entre o final do século XIX e o início do século XX, destacava-se a do café que, segundo o memorialista José Lefort, foi introduzida no município por volta de 1870 para consumo local dos moradores, sem objetivos de comercialização. (LEFORT, 1950 apud SALES, 2003, p. 283). Mas a movimentação que a cafeicultura levou para Varginha ocorreu também devido a uma inovação para a época: a chegada da estrada de ferro. No ano de 1892 foi inaugurada em Varginha a estrada de ferro Muzambinho.

De certa forma, o café esteve ligado às primeiras atividades econômicas municipais, em especial depois do começo do século XX. É possível destacar a relação entre café e comércio porque na cidade de Varginha existiam estabelecimentos destinados à sua comercialização; mas sobretudo, uma relação entre café e a ferrovia: em 1913, por exemplo, o município de Varginha exportava uma média anual de 400 mil arrobas de café. (Questionários sobre as condições da agricultura de 176 municípios no Estado de Minas Geraes, 1913, p. 505); em 1918, a média de exportações de café que passava pela estação local da Estrada de Ferro Muzambinho chegou a atingir 200 mil sacas, sendo 125 mil dessas sacas produzidas na cidade de Varginha, mas incluída a produção de Carmo da Cachoeira, que ainda não havia se emancipado. As 75 mil sacas restantes eram de municípios vizinhos²⁰. Em 1920, Varginha já contava com 113 estabelecimentos de beneficiar café, “tendo eles produzido 23.916 quintais, nos seus 4.394.000 pés de café”. (LEFORT, 1950 apud SALES, 2003, p. 285).

A movimentação à qual passava a economia varginhense no início do século XX demandou as instituições bancárias. Em 1915 foi inaugurada uma agência do Banco Hypotecário e Agrícola do Estado de Minas Geraes e antes disso, em 1912, havia sido inaugurada uma agência do Banco do Brasil. As duas agências “luxuosamente instaladas em prédios próprios”, facilitavam a circulação monetária, gerando lucros para seus usuários. (FONSECA & LIBERAL, 1920 apud SALES, 2003, p 281). Claramente, realizavam apenas operações mais simples, como depósitos.

²⁰ A emancipação de Carmo da Cachoeira ocorreu em 1938.



Instituições E Consumo Num Município Do Sul De Minas Gerais: Varginha E Sua Elite Agrária (1882-1920) – Natânia Silveira Ferreira

Tem-se, portanto, um panorama da formação inicial do município, tomando os anos finais do século XIX e os iniciais do século XX. As observações sobre instituições e consumo acerca da elite agrária do município serão ponderadas abaixo, com base, fundamentalmente, nos dados e informações dos inventários *post-mortem* dos anos de 1882 até 1920²¹.

5. Elite agrária do município de Varginha: instituições e consumo

Para entendimento do consumo numa sociedade, os inventários *post-mortem* se constituem em documentos relevantes, já que descrevem todo um conjunto de bens que determinado inventariado possuía até sua morte. À família do inventariado, o falecimento significava um patrimônio construído dividido. “Onde quer que se encontre a instituição da propriedade privada, mesmo sob forma muito embrionária, o processo econômico tem o caráter de uma luta entre os homens pela posse de bens”. (VEBLEN, 1965, p. 38). Foi por meio de um conjunto de 275 inventários *post-mortem* que definimos a elite agrária de Varginha, ou, nos termos de Veblen, a classe ociosa, na passagem do século XIX para o século XX.

Chamamos a elite varginhense de agrária, principalmente, por causa do perfil de seus investimentos, voltados, sobretudo, para os bens imóveis rurais. A elite agrária varginhense era composta pelos inventariados que mais posses detinham e que estavam presentes na Câmara Municipal de vereadores. De uma amostra de 275 inventários, a elite agrária foi composta por um conjunto de 11 documentos.

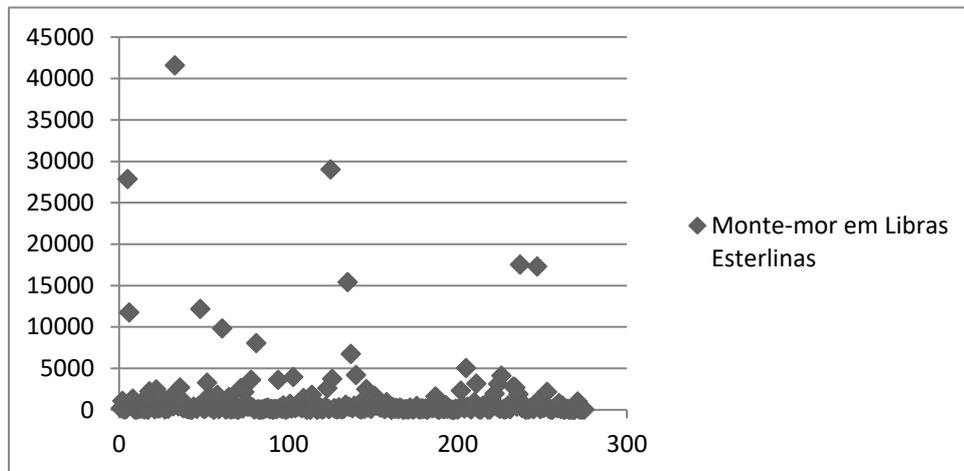
Elaboramos um gráfico de dispersão com todos os valores de monte-mor em libras esterlinas, isto é, um gráfico de dispersão contendo os 275 documentos de nossa amostra. No gráfico de dispersão poderíamos notar quais os processos de inventários se distanciariam da maioria dos documentos da amostra. No eixo vertical foram dispostos os valores das libras esterlinas e, no eixo horizontal, o número de processos de inventários da amostra:

²¹ Sobre cultura material no Sul de Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, cf.: ANDRADE (2014). Capítulo: “Cultura material e modos de vida da elite sul-mineira”.



Instituições E Consumo Num Município Do Sul De Minas Gerais: Varginha E Sua Elite Agrária (1882-1920) – Natânia Silveira Ferreira

Gráfico 1. O monte-mor da elite agrária do município de Varginha em libras esterlinas (1882-1920)



Elaboração própria a partir dos Inventários *post-mortem* presentes no AJCV²².

Por meio do gráfico de dispersão é possível compreender que havia grande concentração de renda em Varginha. “A base econômica da classe ociosa (...) era a posse da riqueza” (VEBLEN, 1965, p. 218). Abaixo de 5.000 libras esterlinas se concentrava a grande maioria dos documentos, separada de alguns dispersos pelo gráfico: os da elite, aqueles que possuíam patrimônio acima de 5.000 libras esterlinas.

Observando o gráfico, o valor mais alto, de pouco mais de 40.000 libras esterlinas corresponde ao inventário do barão de Lavras (João Alves de Gouvêa); o segundo valor mais alto diz respeito ao documento de Matheus Tavares da Silva, próximo das 30.000 libras esterlinas. Pouco mais abaixo, é possível notar o valor correspondente ao processo de inventário de Joana Maria de Jesus, de quase 28.000 libras; os dois pontos encontrados próximos no gráfico correspondem aos valores dos documentos de Joaquim Octaviano Mendes e Antônio Justiniano dos Reis, de cerca de 17.000 libras esterlinas; abaixo destes dois documentos, é possível identificar o valor da riqueza de Gabriel dos Reis Silva, de aproximadamente 15.000 libras.

Ainda, compõem a elite agrária: Francisca de Oliveira (12.156,06 libras); Gabriel José Junqueira (11.739,22 libras); barão de Varginha (9.813,38 libras); Estevam Ribeiro de Resende (8.045,72 libras); e, Silvestre Francisco de Oliveira (5.056,93 libras).

²² Abreviação para Arquivo do Judiciário da Comarca de Varginha (AJCV).



Instituições E Consumo Num Município Do Sul De Minas Gerais: Varginha E Sua Elite Agrária (1882-1920) – Natânia Silveira Ferreira

Por meio da tabela 3, é possível identificar o ano dos processos descritos acima, bem como o monte-mor em libras esterlinas:

Tabela 3. Lista dos inventariados da elite agrária do município de Varginha (ano do processo e monte-mor em libras esterlinas)

<i>Inventariado (a)</i>	<i>Ano do processo</i>	<i>Monte-mor</i>
barão de Lavras	1889	41.569,25
Matheus Tavares da Silva	1905	29.010,95
Joana Maria de Jesus	1883	27.880,80
Joaquim Octaviano Mendes	1918	17.538,20
Antônio Justiniano dos Reis	1919	17.290,10
Gabriel dos Reis Silva	1907	15.412,45
Francisca de Oliveira	1892	12.156,06
Gabriel José Junqueira	1883	11.739,22
barão de Varginha	1895	9.813,38
Estevam Ribeiro de Resende	1899	8.045,72
Silvestre Francisco de Oliveira	1915	5.056,93
TOTAL		190.456,13²³

Elaboração própria a partir dos Inventários *post-mortem* da elite agrária, presentes no AJCV.

O valor da porcentagem da soma das riquezas da elite correspondeu a 55,70% do total da amostra, ou seja, apenas 11 inventariados concentravam mais de metade da riqueza total da amostra. Em número de documentos, dentro do total de 275, nossa elite equivale a 4,00% do total da amostra.

Com base nos dados dos inventários, esse foi o critério que melhor adaptou-se à realidade varginhense da época: uma sociedade agrária que possuía disparidade grande entre as riquezas dos inventários. Pensando em riqueza, uma minoria se distanciava bastante da maioria.

²³ Somar valores de riqueza em libras esterlinas é mais recomendado que em contos de réis, já que a libra sofreu menos variações que os réis. Devido a soma que realizamos, as riquezas foram contabilizadas em libras. Quando não estiverem sendo realizadas somas de valores ao longo do tempo, trabalharemos com réis neste texto.



**Instituições E Consumo Num Município Do Sul De Minas Gerais: Varginha E Sua Elite
Agrária (1882-1920) – Natânia Silveira Ferreira**

Portanto, definido o critério e elite, elaboramos a seguinte tabela:

Tabela 4. Investimentos nas categorias de bens presentes nos inventários *post-mortem* da elite agrária do município de Varginha (1882-1920)

<i>Categoria</i>	<i>% do I</i>
Bens Móveis	2,30%
Imóveis Rurais	48,42%
Imóveis Urbanos	4,42%
Culturas e Mantimentos	9,33%
Animais	4,72%
Escravos	2,28% ²⁴
Dinheiro	4,81%
Dívidas Ativas	23,72%
Monte-mor	100,00%
Dívidas Passivas	3,27%
Monte-partível ²⁵	96,73%

Elaboração própria a partir dos Inventários *post-mortem* da elite agrária, presentes no AJCV.

I = investimento

Vale ressaltar que das personagens de nossa elite agrária, Matheus Tavares da Silva e João Alves de Gouvêa estiveram na Câmara de vereadores logo nos anos iniciais de nascimento do município; Joaquim Antonio da Silva (o inventariante de Francisca de Oliveira) também participou do grupo de vereadores no início de formação do município. João Gonsaga Branquinho (requerente de Joana Maria de Jesus) auxiliou a cidade de Varginha em suas primeiras obras de infraestrutura. Temos, portanto, pessoas de altas posses que possuíam cargos governamentais. A elite agrária varginhense pode ser entendida como a classe ociosa de Veblen.

²⁴ Na categoria de escravos, os 2,28% do investimento era devido, singularmente, ao inventário de Joana Maria de Jesus, com os 79 escravos de seu espólio. Os 79 escravos equivaliam a 73% do investimento da categoria. Gabriel José Junqueira possuía 24 escravos que, tendo seus valores somados, correspondiam a 27% do investimento na categoria.

²⁵ A soma de todos os bens que uma pessoa possuía até sua morte era denominada monte-mor. Do monte-mor, deduzidas as dívidas passivas e as custas (gastos com o funeral e com o processo de inventário), o que restava era o monte-partível, o que dividia-se entre os herdeiros.



Instituições E Consumo Num Município Do Sul De Minas Gerais: Varginha E Sua Elite Agrária (1882-1920) – Natânia Silveira Ferreira

Sobre a alocação de riqueza nas diferentes categorias de bens, nos concentraremos nos bens que podem nos mostrar especificidades dos padrões de consumo e dos hábitos de vida de uma sociedade: especialmente os bens móveis e os bens imóveis²⁶, com destaque, dentro dos bens imóveis, para os rurais, por acreditarmos que retratam a característica mais marcante da elite.

O padrão de vida é pela sua natureza um hábito. Constitui, em métodos e intensidade, um hábito de reação a um dado estímulo. A dificuldade em abandonar um padrão estabelecido consiste na dificuldade em quebrar um hábito já formado. A relativa facilidade com que é feito um avanço no padrão de vida significa que viver é um processo de desdobramento da atividade e que a mesma se desdobrará prontamente numa nova direção, sempre, quando e onde diminuir a resistência para a auto-expressão. Mas uma vez formado o hábito de expressão ao longo de uma certa linha de pouca resistência, a descarga procurará o escapamento de costume, mesmo depois de se haver processado uma mudança no ambiente, aumentando apreciavelmente a resistência externa. Esta maior facilidade de expressão numa determinada direção, que se chama de hábito, pode contrabalançar um considerável aumento na resistência oposta pelas circunstâncias externas para o desdobramento da vida numa determinada direção. (VEBLEN, 1965, pp. 106-107).

As subseções abaixo destacarão os bens móveis e os imóveis, a fim de que possamos analisar parte dos padrões de consumo e dos hábitos de vida da elite varginhense por meio desses bens.

5.1. Bens móveis e alguns padrões de consumo diferenciados

Os bens móveis estavam presentes em praticamente todos os processos de inventários. Todavia, o investimento nesses bens era pequeno, pois seus valores eram muito baixos em comparação, por exemplo, com os bens imóveis.

Como bens móveis, os mais comuns que apareciam nos inventários eram as mobílias de dentro das casas: da cozinha, eram mesas e cadeiras, pratos, canecas, copos,

²⁶ Braudel, no volume I de “*Civilização Material, Economia e Capitalismo (séculos XV-XVIII)* – As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível”, investigou (em algumas partes do volume) o consumo em diferentes partes do mundo, com destaque para a Europa. O capítulo 3 tratou de “O supérfluo e o costumeiro: alimentos e bebidas”, especialmente na Europa. No capítulo 4, “O supérfluo e o costumeiro: O *habitat*, o vestuário e a moda”, o autor deu atenção para as “casas de todo o mundo”, destacando os materiais empregados na construção, as propriedades das casas rurais e urbanas e seus interiores (mobília, luxo e conforto). (BRAUDEL, 1997, volume 1, capítulos 3 e 4).



Instituições E Consumo Num Município Do Sul De Minas Gerais: Varginha E Sua Elite Agrária (1882-1920) – Natânia Silveira Ferreira

garrafas, talheres e panelas, bules e armários; dos quartos eram catres (uma espécie de cama ou berço para crianças), camas, cômodas e guarda roupas; das salas apareciam sofás ou marquesas (uma espécie de sofá). Dentre os bens móveis também era listados, entre outros: relógios de parede, tachos e bacias (usados nos engenhos), teares e rodas de fiar, máquinas de costura, alambiques, enxadas, machados, carros de bois e armas (garruchas e espingardas). Nos casos de inventários de comerciantes, os bens móveis eram, essencialmente, o que comercializavam os inventariados, assim, em alguns processos, nos bens móveis havia descrito apenas “fundo da farmácia” ou “fundo do negócio” e o valor dos bens móveis do comércio.

Dentro desta categoria de bens, foi possível encontrar bens diferenciados, que apareciam em poucos documentos. No inventário de Francisca de Oliveira, de 1892, foi possível encontrar, dentre outros bens móveis, um relógio, um Rosário e um colar, todos de ouro, além de um par de brincos de plaque a ouro. No inventário de Joaquina Rosa da Silva, cujo processo foi de 1893, também foram listados dois Rosários e um par de brincos de ouro. No documento do barão de Lavras, falecido em 1889, foram listados, dentre os bens móveis, um relógio com corrente de ouro, duas medalhas, seis botões, duas canetas e dois relicários, todos os bens de ouro.

O barão de Lavras também apresentava, em seus bens móveis, alguns livros (bens que não eram comuns entre os inventariados). Eram eles: três volumes da Bíblia Sagrada, do ano de 1855, um dicionário, um “Catecismo de Perseverança” e diversos volumes de “Leitura, História e Poesia”. No inventário de José Justiniano de Paiva, falecido em 1896, havia, entre os bens móveis, além de peças para costura, algumas importadas, como os tecidos italianos, duas chocolateiras e livros, seis com o título de “Deveres da Civilidade”, oito Atlas Universais, cinco gramáticas portuguesas e mais alguns outros.

Foi possível notar ainda, na categoria de bens móveis, um cofre de ferro e um talher francês de crystofle (o único talher de crystofle correspondia ao preço de diversas peças de louça juntas ou de um guarda roupas na época: 40\$000). Com o preço do talher de crystofle era possível ser adquirido também um animal, considerando os preços de animais na época.

Por meio dos bens móveis podemos notar, portanto, um padrão de consumo diferenciado de alguns membros da sociedade varginhense: peças de ouro, chocolateiras, livros, tecidos e louças importadas não estavam presentes em todos os processos de



Instituições E Consumo Num Município Do Sul De Minas Gerais: Varginha E Sua Elite Agrária (1882-1920) – Natânia Silveira Ferreira

inventários, mas apenas numa pequena parte deles. Esses bens diferenciados eram todos importados, já que em Varginha não havia fábricas voltadas para aqueles bens móveis.

No entanto, apesar de bens de consumo diferenciados, a maioria dos bens móveis encontrados eram bens comuns de dentro das casas ou bens relacionados ao trabalho nas fazendas, seguindo esta lógica à do exemplo apresentado na segunda seção deste artigo, tabela 1, quando foram mostrados os elementos da cultura material da cidade de Alfenas. “Os artigos ou formas de consumo a que o consumidor se apega com maior tenacidade são geralmente os considerados como necessidades vitais, ou o mínimo necessário à subsistência”. (VEBLEN, 1965, pp. 107-108).

A tabela 1 em questão, que mostrou os dados e informações de Alfenas é do período de 1855 a 1897 e o período de análise da elite agrária de Varginha é 1882 até 1920. Ainda assim, os dois municípios apresentaram especificidades parecidas: bens arcaicos se misturavam com padrões de consumo tidos como modernos, característica de cidades Sul mineiras dos séculos XIX e XX. Cidades que se emanciparam numa época em que o Brasil passava por transformações urbanas e sociais que influenciaram o consumo das mais diferentes localidades. A cultura brasileira era a de copiar padrões de consumo considerados modernos dos países desenvolvidos, e tais padrões se misturavam aos padrões de consumo oriundos do espaço rural das pequenas cidades em formação²⁷.

Vale frisar, mesmo havendo mescla do arcaico com o moderno nos casos de Varginha e Alfenas, que as tradições e costumes tendiam mais para o arcaico. Nas palavras de Veblen, “os hábitos mais antigos e arraigados que governam a vida do indivíduo – àqueles que afetam a sua existência como um organismo – são os mais persistentes e imperiosos”. (VEBLEN, 1965, pp. 107-108). Abaixo, trataremos dos bens imóveis, com destaque para os rurais, importantes como forma de mostrar poder e conferir status social.

5.2. Bens imóveis rurais e urbanos

A categoria com maior direcionamento de riqueza da elite de Varginha é a de bens imóveis rurais. Por meio dos registros de imóveis do município entre os anos de 1882 a 1920, é possível ressaltar informações bastante detalhadas sobre as propriedades rurais e urbanas que eram registradas. Nos casos das fazendas, era informado sobre as casas de

²⁷ Sobre a mimetização de padrões de consumo da elite brasileira, cf., dentre outros: FURTADO (1971); FURTADO (1975); FURTADO (1975a).



Instituições E Consumo Num Município Do Sul De Minas Gerais: Varginha E Sua Elite Agrária (1882-1920) – Natânia Silveira Ferreira

morada e de empregados, sobre as culturas e extensões de terras virgens, além de benfeitorias, como máquinas de beneficiar café, moinho ou monjolo; no caso dos bens imóveis urbanos, quando eram casas, as descrições eram bastante detalhadas: “casa de morada, coberta de telhas, assoalhada, envidraçada, com quintal fechado a muro de adobes”, por exemplo.

Avaliando o monte-mor total da elite, cerca de 52,84% do investimento estava alocado nos bens imóveis, sendo 48,42% direcionado aos imóveis rurais e 4,42% referentes aos imóveis urbanos. Dentro desta categoria de bens, é possível perceber, claramente, a característica mais marcante da classe ociosa varginhense: a de uma elite agrária.

Em geral, quanto mais antigo o hábito, tanto mais inquebrantável; e quanto mais um determinado hábito coincidir com os costumes, tanto maior a persistência com que se fixará. O hábito será mais firme se as tendências especiais da natureza humana que a sua prática abranger, ou as aptidões particulares que nele encontrem a sua expressão, forem tendências ou disposições já larga e profundamente envolvidas no processo vital, ou intimamente ligadas à história da vida (...). (VEBLEN, 1965, p. 108).

Por meio de três exemplos da elite agrária do município de Varginha, representantes da cidade e dos distritos, será possível observar a importância dos bens imóveis rurais. O major Matheus Tavares da Silva, primeiro presidente da Câmara Municipal varginhense, foi o inventariado do grupo da elite agrária que mais posses detinha dentro da cidade de Varginha; o tenente coronel Joaquim Octaviano Mendes foi a pessoa mais rica do distrito de Pontal; Antônio Justiniano dos Reis, o coronel de Carmo da Cachoeira, foi a personagem daquele distrito que mais posses detinha. Esses três homens formavam uma elite dentro da elite. Uma representação máxima da classe ociosa varginhense na passagem do século XIX para o século XX.

A tabela descrita abaixo mostra as compras e vendas de imóveis das personagens descritas acima:



**Instituições E Consumo Num Município Do Sul De Minas Gerais: Varginha E Sua Elite
Agrária (1882-1920) – Natânia Silveira Ferreira**

Tabela 5. Aquisições e vendas de bens imóveis de representantes do município de Varginha

<i>Adquirentes</i>	<i>Registros Totais</i>	<i>Compras</i>	<i>Vendas</i>
Matheus Tavares da Silva	6	6	0
Joaquim Octaviano Mendes	26	25	1
Antônio Justiniano dos Reis	15	14	1

Fonte: Elaboração própria a partir dos Registros de Imóveis de Matheus Tavares da Silva, Joaquim Octaviano Mendes e Antônio Justiniano dos Reis, presentes no CRIV²⁸.

Matheus Tavares da Silva possuía apenas aquisições em seu nome. Vendas foram realizadas depois de sua morte, por seus herdeiros. No caso de Joaquim Octaviano Mendes, de seus 26 registros de imóveis, havia uma venda apenas. Não identificamos nos registros transações futuras realizadas por pessoas do mesmo sobrenome que ele. Antônio Justiniano dos Reis também possuía apenas uma venda dentre suas 15 transações, mas outras compras e vendas foram realizadas por seus familiares depois de seu falecimento.

Destes registros de imóveis, Matheus Tavares da Silva possuía apenas um registro de imóvel urbano; Joaquim Octaviano Mendes possuía 3 registros de bens imóveis urbanos; e, Antônio Justiniano dos Reis, 2 registros de propriedades urbanas.

Ela [a instituição] afeta a prevalecente ou efetiva natureza humana numa direção conservadora: 1 – pela transmissão direta de traços arcaicos através da herança no interior da classe, e onde quer que o sangue da classe extravase para fora dessa classe, e 2 – pela conservação e fortalecimento das tradições do regime arcaico (...). (VEBLEN, 1965, p. 225).

Os imóveis rurais das personagens descritas acima eram partes de terras ou grandes extensões de terras virgens ou com culturas, fazendas com equipamentos e grandes casarões. Tomando como exemplo o monte-mor de Matheus Tavares da Silva, num valor de cerca de 444 contos de réis (um valor alto de riqueza em comparação com a amostra de 275 inventários e em comparação com alguns inventariados da elite agrária), foi possível notar que aproximadamente 40% do patrimônio estava investido nos bens

²⁸ Abreviação para Cartório de Registros de Imóveis de Varginha (CRIV).



Instituições E Consumo Num Município Do Sul De Minas Gerais: Varginha E Sua Elite Agrária (1882-1920) – Natânia Silveira Ferreira

imóveis rurais e 8% nos bens imóveis urbanos. Contabilizando os investimentos em imóveis rurais juntamente com os investimentos em culturas e mantimentos, cerca de 55,50% do patrimônio de Matheus Tavares da Silva estava voltado para as atividades rurais.

As terras do major eram divididas em terras virgens, terras de cultura, café e cana de açúcar. O café representava 12,23% do total das terras. Já a cana de açúcar representava apenas 1,88% do total da extensão territorial. O restante era de pastos, matos, terras virgens e terras de culturas. O valor correspondente às terras com café era de 57:465\$000 e o valor correspondente às terras com cana era de 3:715\$000. Em relação ao café, havia ainda 4.920 arrobas de café em coco, no valor de 19:188\$000. O major possuía uma máquina de beneficiar o produto no valor de 20:000\$000 e uma máquina de despolpar café, no valor de 1:500\$000, que foram contabilizadas juntamente com os bens imóveis rurais. Como mantimento, foram descritos 10 carros de milho, totalizando 300\$000.

Foram contabilizados também dois moinhos, sendo um deles de fubá, um engenho, três paióis e quatro monjolos, sendo um de cilindro e um de serra.

Observamos a existência de oito fazendas do inventariado, seus nomes eram: Posses, Figueira, Jacutinga, São José, Limeira, Onça, Três Barras e Palestina. As casas na zona rural eram em grande quantidade: 69 casas destinadas a empregados e oito casas de morada, uma em cada fazenda.

As casas no espaço urbano foram os únicos bens imóveis urbanos contabilizados no inventário: as seis casas pertencentes ao espólio de bens de Matheus Tavares da Silva valiam juntas 35:200\$000.

Outro membro da elite agrária varginhense, do distrito de Carmo da Cachoeira, o coronel Antônio Justiniano dos Reis, apresentava aproximadamente 70% de sua riqueza aplicada nos bens imóveis rurais e 1,25% nos imóveis urbanos. Contabilizando os bens imóveis rurais com as culturas e mantimentos, cerca de 74,50% da riqueza do coronel estava voltada para o campo.

Dentre os imóveis rurais estavam quatro casas, sendo uma delas no valor de 10:000\$000, situada no distrito de Carmo da Cachoeira, com quintal, benfeitorias, paiol e monjolo. As demais casas valiam bem menos, uma contabilizada em 200\$000 (localizada numa estrada próximo da estação ferroviária), outra no valor de 230\$000 e mais uma avaliada em 400\$000.



Instituições E Consumo Num Município Do Sul De Minas Gerais: Varginha E Sua Elite Agrária (1882-1920) – Natânia Silveira Ferreira

A maior parte dos bens imóveis rurais estava nas extensões de terras, localizadas na região de Carmo da Cachoeira, Varginha e Três Pontas. Em alqueires, as terras de Antônio Justiniano dos Reis correspondiam a uma extensão de 1.369,50 alqueires, sendo 37 deles com café, a única cultura identificada no inventário.

O perfil da elite de Varginha era o de manter os grandes investimentos nos bens imóveis rurais. Seguiu a elite um hábito de vida compatível com o do Sul de Minas e de diferentes regiões do Brasil na época. Os padrões de consumo da elite também não eram específicos apenas do município de Varginha: aos poucos o Sul de Minas Gerais ia contando com cidades que, em meio à rusticidade do campo, novos padrões de consumo apreciados como modernos iam sendo incorporados às famílias, em particular às mais abastadas. “A evolução social é um processo de adaptação seletiva de temperamento e hábitos mentais, sob a pressão de circunstâncias da vida em sociedade. A adaptação de hábitos mentais constitui o desenvolvimento de instituições”. (VEBLEN, 1965, p. 199).

O consumo da elite varginhense que observamos, especialmente, por meio dos inventários *post-mortem* não era conspícuo. Não é possível afirmar isto apenas por meio dos inventários. Mas era um consumo que deixava claro o perfil da elite daquela sociedade: uma elite agrária, uma classe “ociosa” que possuía altas rendas e estava presente no governo.

6. Considerações Finais

Para tratarmos da relação entre instituições e consumo num âmbito específico – o de um município do Sul mineiro em formação na passagem do século XIX para o século XX – recorreremos a um relevante pensador da Economia Institucional Original: Veblen. A forma como o autor tratou da relação entre instituições e consumo numa determinada classe ociosa nos possibilitou compreender a relação também no grupo da elite agrária varginhense.

A classe ociosa de Veblen é, principalmente, uma classe que possui ocupações que não são industriais. O consumo dessa classe ociosa é conspícuo e perdura pelo tempo sendo passado por gerações de famílias e transmitido a classes inferiores por meio de instituições informais (cultura, tradições e costumes, relações sociais e linguagem).



Instituições E Consumo Num Município Do Sul De Minas Gerais: Varginha E Sua Elite Agrária (1882-1920) – Natânia Silveira Ferreira

A elite agrária do município de Varginha pode ser descrita como uma classe ociosa (nos termos de Veblen) por alguns motivos: a elite não estava presente em ocupações industriais; a elite possuía riqueza considerável; a elite (alguns de seus membros) estava presente nos cargos governamentais.

O consumo da classe ociosa ou elite agrária do município de Varginha não era conspícuo, pelo menos pela observação de nossas fontes principais, os inventários *post-mortem*. Mas tal consumo possibilitou que ela fosse denominada também de agrária. Os hábitos de vida (relacionados ao espaço rural) e os padrões de consumo (alguns bens móveis diferenciados, por exemplo, mas, especialmente, bens móveis tidos como arcaicos, móveis de dentro das casas, e relacionados ao trabalho no campo) que foram observados pelos inventários *post-mortem* confirmam a peculiaridade de agrária da elite.

Os hábitos de ação ou pensamento, bem como as regras formais ou informais (mais informais que formais) que criavam as regularidades de comportamento social do consumo influenciavam a elite para maior alocação de riqueza nos imóveis rurais. Tais hábitos eram comuns não apenas em Varginha, mas na região do Sul de Minas Gerais como um todo que, na passagem do século XIX para o século XX, contava com a emancipação de municípios também por conta da expansão do café pelas terras sul-mineiras.

Varginha surgiu numa época em que diferentes regiões do Brasil passavam por um processo de urbanização e modernização dos hábitos de vida, com padrões de consumo modernos sendo misturados aos arcaicos. Essas transformações ocorriam como consequência do comportamento das elites locais, de copiarem o que era considerado novo dos países centrais.

Todavia, nos lugares do interior do Brasil, nos municípios que se emancipavam, nas mentalidades das populações pertencentes a tais localidades, a cultura, as tradições e costumes que prevaleceram, por décadas após a de 1920, diziam respeito aos traços arcaicos; em meio ao moderno que aos poucos surgia, o arcaísmo era transmitido de geração em geração por meio de instituições informais.



**Instituições E Consumo Num Município Do Sul De Minas Gerais: Varginha E Sua Elite
Agrária (1882-1920) – Natânia Silveira Ferreira**

REFERÊNCIAS

Fontes manuscritas

Ata da Câmara Municipal de Varginha (ACMV), de 18 de dezembro de 1882, presente no Museu Municipal da cidade (MMV).

Inventários *post-mortem*, presentes no Arquivo do Judiciário da Comarca de Varginha (AJCV), organizados por ordem decrescente de monte-mor em libras esterlinas:

barão de Lavras, 1889, AJCV, cx. 509, doc. nº 02.

Matheus Tavares da Silva, 1905, AJCV, cx. 598, doc. nº 23.

Joana Maria de Jesus, 1883, AJCV, informações não identificadas.

Joaquim Octaviano Mendes, 1918, AJCV, cx. 581, doc. nº 23.

Antônio Justiniano dos Reis, 1919, AJCV, cx. 517, doc. nº 69.

Gabriel dos Reis Silva, 1907, AJCV, cx. 509, doc. nº 11.

Francisca de Oliveira, 1892, AJCV, cx. 472, doc. nº 12.

Gabriel José Junqueira, 1883, AJCV, cx. 508, doc. nº 03.

barão de Varginha, 1895, AJCV, cx. 509, doc. nº 05.

Estevam Ribeiro de Resende, 1899, AJCV, cx. 295, doc. nº 07.

Silvestre Francisco de Oliveira, 1915, AJCV, cx. 295, doc. nº 3.630.

Registos de imóveis de imóveis, do período de 1882 a 1920, presentes no Cartório de Registros de Imóveis de Varginha (CRIV).

Fontes impressas

Questionários sobre as condições da agricultura de 176 municípios no Estado de Minas Geraes, inspecionados de 9 de Abril de 1910 a 30 de Novembro de 1913 – Serviço de inspeção e defesa agrícola de Minas Gerais (Ministério da Agricultura, Industria e Commercio). Rio de Janeiro: Typografia do Serviço de Estatística, 1913.

VEIGA, B. S. *Almanach Sul-Mineiro para 1884* – Município do Espírito-Santo da Varginha. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884, p. 182.

Referências bibliográficas

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. *Por que as nações fracassam. As origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. SP: Elsevie, 2013.



**Instituições E Consumo Num Município Do Sul De Minas Gerais: Varginha E Sua Elite
Agrária (1882-1920) – Natânia Silveira Ferreira**

ALMEIDA, J. F. A. *Uma abordagem institucional do consumo*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

ANDRADE, M. F. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

ÁVILA, A. Varginha: formação e evolução. *Fund. J. P.*, Belo Horizonte, 13 (7/8), pp. 02-18, jul./ago., 1983.

BRAUDEL, F. *Civilização Material, Economia e Capitalismo (séculos XV-XVIII) – As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível*. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CAVALCANTE, C. M. “A economia institucional e as três dimensões das instituições”. In: *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 18 n. 3, p. 373-392, setembro-dezembro/2014.

COSGEL, M. “Consumption institutions”. In: *Review of Social Economy*, v. 55, n. 2, p. 153-171, 1997.

DEQUECH, D. “Instituições: questionando a divisão micro-macro da economia e seu ensino”. In: *Economia*, 2013, vol. 14, número 1c, p. 565-585, setembro-dezembro/2013.

FELIPE, E. S. *Instituições e mudanças institucionais numa ótica evolucionária: uma abordagem a partir dos conceitos e da metodologia neo-schumpeteriana*. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2006.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

_____. “Dependencia externa y teoría económica”. In: *El Trimestre Económico*, México, DF: Fondo de Cultura Económica, vol.38, n.150, p. 335-349, 1971.

_____. *Análise do Modelo Brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

_____. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975a.

FURTADO, J. F. “Testamentos e Inventários – A morte como testemunho da vida”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). *O Historiador e suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2015, P. 93-118.

HAMILTON, D. “Institutional Economics and Consumption”. In: *Journal of Economic Issues*, vol. XXI, n. 4, p. 1531-1554, 1987.

HODGSON, G. M. “The approach of institutional Economics”. In: *Journal of Economic Literature*, vol. XXXVI, pp. 166-192, march 1988.

LOPES, L. S. *Sob os olhos de São Sebastião: A cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto 1849-1900*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

MANKIW, N. G. *Introdução à Economia*. Tradução de Allan Vidigal Hastings. São Paulo: Cengage Learning, 2009.



Instituições E Consumo Num Município Do Sul De Minas Gerais: Varginha E Sua Elite Agrária (1882-1920) – Natânia Silveira Ferreira

- MARCONDES, R. L. *A arte de acumular na economia cafeeira: vale do Paraíba – século XIX*. Lorena: Stiliano, 1998.
- MARTINS, M. L. “A trajetória de Alfenas no período 1830-1930: de centro de inverno a Atenas do Sul”. In: SAES, A. M.; MARTINS, M. L.; GAMBI, T. F. R. (Orgs.). *Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016, P. 345-386.
- MCCRACKEN, G. *Cultura e Consumo – Novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Tradução de Fernanda Eugenio. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.
- MELLO, Z. M. C. *Metamorfoses da Riqueza – São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: HUCITEC, 1985.
- MOTTA, J. F. “Demografia histórica, família escrava e historiografia: relações familiares em um plantel de escravos de Apiaí (SP)”. In: *Anais do IV Congresso Brasileiro de História Econômica / 5ª Conferência Internacional de História de Empresas*. [CD ROM]. São Paulo: ABPHE – FEA/USP, 2001.
- NELSON, R. R.; WINTER, S. G. *Uma teoria evolucionária da mudança econômica*. Campinas: Editora da Unicamp, 200.
- PONDÉ, J. L. “Instituições e mudança institucional: uma abordagem schumpeteriana”. In: *Revista EconomiA*, Brasília (DF), v. 6, n. 1, p. 119-160, janeiro-julho/2005.
- SAES, A. M.; COSENTINO, D. V.; GAMBI, T. F. R. “Sul de Minas em Transição: opção por uma regionalização como ponto de partida”. In: SAES, A. M.; MARTINS, M. L. (Orgs.). *Sul de Minas em Transição – A formação do Capitalismo na passagem para o século 20*. São Paulo: Edusc, 2012. P. 13- 36.
- SALES, J. R. *Espírito Santo da Varginha (MG) – 1763-1920*. Varginha: Gráfica Editora Sul Mineira, 2003.
- SILVA FILHO, E. B. *Institucionalismo Econômico, modelos mentais e conformidade institucional*. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.
- VASCONCELOS, L. F. *Instituição e desempenho econômico: duas visões sobre o mesmo tema*. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.
- VEBLEN, T. *A teoria da classe ociosa (Um estudo econômico das instituições)*. Tradução de Olivia Krähenbühl. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965.
- VIEIRA, E. J. *Produção, comércio e acumulação de riqueza em um município escravista mineiro: Lavras/MG (1870-1888)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.
- WILLIAMSON, O. *Las instituciones económicas del capitalismo*. México. Ed. Fondo de Cultura Económica, 1989.
- WIRTH, J. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.